

De Janeiro de 1980 até Dezembro de 1988 — assessor jurídico do indicado quadro da Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça.

De Novembro de 1978 a Janeiro de 1980 — juiz de direito, efectivo.

De Setembro de 1977 a Novembro de 1978 — juiz de direito, estagiário.

De Dezembro de 1970 a Setembro de 1977 — magistrado do Ministério Público.

De 1980 a 1982 — membro da delegação do Ministério da Justiça de renegociação do Acordo da Base das Lajes.

Nos anos de 1980 e 1981 — exercício de funções docentes na Escola da Polícia Judiciária.

No ano de 1980 — representante do Ministério da Justiça na Conferência dos Países Hispano — Luso — Americanos, realizada em Lisboa.

De Agosto de 1979 a Janeiro de 1980 — Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça.

De Novembro de 1975 a Julho de 1976 — membro da Casa Civil da Presidência da República, funções pelo exercício das quais foi alvo de público louvor (D.R. 2.ª série, n.º 161, de 12-07-1976).

De Janeiro de 1980 até à actualidade — exercício da advocacia.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Aviso n.º 28145/2008

Concurso interno de acesso geral para preenchimento de 1 lugar de encarregado de pessoal operário para o ISPJCC

Por despacho de 13.11.2008 do Director Nacional-Adjunto Dr. Pedro do Carmo, foi anulado o concurso interno de acesso geral para o preenchimento de 1 lugar de encarregado de pessoal operário, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, de 16.10.2003, por se terem alterado os pressupostos que determinaram a sua abertura.

Mais se informa que o processo poderá ser consultado durante o horário de expediente, de 2.ª a 6.ª Feira, no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 6.º andar, 1050-004 Lisboa.

14 de Novembro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 28146/2008

1 — Nos termos dos artigos 64.º, 65.º e 68.º do Regulamento, aprovado pelo Decreto — Regulamentar n.º 55/80, de 08 de Outubro, declara-se aberto concurso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento dos lugares de conservador e notário abaixo indicados.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: “Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

3 — Constituem requisitos de admissão:

3.1 — Para lugares de 1.ª classe: ser conservador ou notário e pertencer ou ter pertencido ao quadro da espécie do lugar, desde que nela estejam classificados, pelo menos, de *Bom*.

3.2 — Para lugares de 2.ª e 3.ª classes: ser conservador ou notário, ou possuir concurso de habilitação para ingresso na carreira de conservador e notário, dentro do respectivo prazo de validade.

4 — O concurso rege-se pelas disposições pertinentes do Regulamento acima citado, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/90, de 17 de Março, alterado pela Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto.

5 — Os interessados deverão formalizar a sua candidatura mediante um só requerimento, dirigido ao Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., Praça Francisco Sá Carneiro, n.º 13, Apartado 9924, 1911-701 Lisboa, com indicação da respectiva identificação, categoria funcional, classe pessoal e classificação de serviço.

5.1 — Os candidatos a que se refere o n.º 3.2 deverão indicar a classificação (e graduação, se for caso disso) e a data de conclusão do concurso de habilitação, bem como a classificação e data da licenciatura.

6 — Os concorrentes que se habilitem a mais do que um lugar deverão indicar no respectivo requerimento a ordem de preferência no provimento.

Conservador do Registo Civil:

Aveiro — conservador-auxiliar, interino — 3.ª classe

Coimbra — 1.ª classe

4.ª de Lisboa — 1.ª classe

10.ª de Lisboa — 1.ª classe

Loures — 1.ª classe

Moura — 2.ª classe

Nisa — 3.ª classe

Portalegre — 1.ª classe

1.ª do Porto — 1.ª classe

2.ª do Porto — 1.ª classe

Conservador do Registo Predial:

2.ª de Almada — 2.º conservador — 1.ª classe

Abrantes — 2.ª classe

Amarante — 1.ª classe

1.ª da Figueira da Foz — 1.ª classe

Gondomar — 2.º conservador — 1.ª classe

1.ª de Lisboa, interino — 1.ª classe

5.ª de Lisboa — 1.ª classe

2.ª da Maia — 1.ª classe

Montemor-o-Velho — 3.ª classe

Montijo, interino — 1.ª classe

Odemira, interino — 2.ª classe

1.ª do Porto — conservador-auxiliar — 3.ª classe

Serpa — 2.ª classe

Sesimbra, interino — 1.ª classe

1.ª de Sintra — 1.ª classe

Torres Vedras — 1.ª classe

Conservador dos Registos Civil e Predial:

Armamar — 3.ª classe

Arouca — 2.ª/3.ª classes

Azambuja, interino — 3.ª classe

Madalena (Açores) — 3.ª classe

Meda, interino — 3.ª classe

Melgaço — 3.ª classe

Mondim de Basto — 3.ª classe

Porto de Mós, interino — 2.ª/3.ª classes

Resende, interino — 3.ª classe

Rio Maior — 3.ª/2.ª classes

Sines, interino — 3.ª classe

Tarouca — 3.ª classe

Valpaços — 2.ª/3.ª classes

Vendas Novas, interino — 3.ª classe

Vizela — 3.ª classe

Conservador dos Registos Civil e Predial e Notário:

Alcoutim, interino — 3.ª classe

Alvito, interino — 3.ª classe

Castanheira de Pêra — 3.ª classe

14 de Novembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 30417/2008

Considerando que, o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna, bem como a dotação de lugares de direcção intermédia de 1.º grau, das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional;

Considerando que, através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Atento a que, através do Despacho n.º 12 166/2007, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 116, de 19 de Junho, foram criadas as unidades flexíveis que integram a estrutura da CCDRLVT em confor-

midade com o limite fixado na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, e com efeitos a 01 do mesmo mês e ano;

Considerando que se encontra vago o lugar correspondente ao cargo de direcção intermédia de 1.º grau — Directora de Serviços — da Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira da CCDRLVT e importando assegurar a coordenação e a regular prossecução das atribuições e competências cometidas àquela unidade orgânica;

Considerando que, a Licenciada Maria Helena dos Santos Lopes Curto, assessora principal, do quadro da ex-CCRLVT possui os requisitos formais exigidos e o perfil profissional pretendido para o lugar a prover;

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau — Directora de Serviços — da Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, da CCDRLVT, a Licenciada Maria Helena dos Santos Lopes Curto, assessora principal do quadro de pessoal da ex-CCRLVT, e autorizo a opção pelo vencimento base correspondente à sua categoria de origem, nos termos conjugados do n.º 3 do artigo 31.º, 20.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhes foi dada pelos artigos 1.º e 2.º da Lei 51/2005, de 30 de Agosto.

17 de Novembro de 2008. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional da Licenciada Maria Helena dos Santos Lopes Curto

Curriculum académico:

2008 — Mestrado em Gestão e Administração Pública, parte curricular, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;

1995 — MBA em Gestão Internacional, parte curricular, pela Universidade Autónoma de Lisboa;

1981 — Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia, actual Instituto Superior de Economia e Gestão.

Curriculum profissional:

De 01 de Junho de 2008 até à presente data, exerceu funções de assessora principal na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 21 de Junho de 2002 e 31 de Maio de 2008, exerceu funções de Subdirectora-Geral da Direcção-Geral das Autarquias Locais;

Entre 14 de Julho de 1998 e 20 de Junho de 2002, exerceu funções de Directora de Serviços de Finanças Autárquicas, na Direcção-Geral das Autarquias Locais;

Entre 14 de Janeiro de 1994 e 13 de Julho de 1998, exerceu funções de Directora Regional de Administração Autárquica, na ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 23 de Junho de 1989 e 13 de Janeiro de 1994, exerceu funções de Chefe de Divisão de Finanças Locais, na ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 1980 e 1989, exerceu funções como técnica superior na ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 1974 e 1980, exerceu funções docentes do ensino básico oficial;

Entre 1971 e 1974, exerceu funções com tarefa na Missão de Inquérito Agrícola, em Moçambique.

Actividade docente:

1992/actual, exerceu funções de docência da cadeira "Planeamento dos Sistemas de Informação" do Pós-Graduação em Sistemas de Informação e das cadeiras "Planeamento Estratégico dos Sistemas de Informação", "Qualidade dos Sistemas de Informação", "Cálculo Infinitesimal", "Matemáticas Aplicadas II", "Investigação Operacional", "Segurança Criptográfica", "Gestão de Recursos Humanos", "Gestão de Informática", "Gestão de Meios Informáticos", "Organização e Gestão de Empresas" dos cursos de Economia, Gestão de Empresas, Informática, Informática de Gestão e Engenharia Informática, na qualidade de assistente da Universidade Autónoma de Lisboa;

2001/2007, exerceu funções de docência das unidades modulares de "Legislação de Finanças Públicas Locais", "Planeamento Estratégico e Documentos Previsionais", "Contabilidade Orçamental — POCAL", "Contabilidade Patrimonial — POCAL", "Controlo Interno e Externo das Autarquias Locais", "Indicadores de Gestão Financeira Autárquica"

e "Relatório de Gestão" de Pós-Graduações em Contabilidade e Finanças Públicas Locais, no Instituto Superior de Línguas e Administração;

1987/1988, exerceu funções de docência da cadeira "Contabilidade Industrial", do curso de Engenharia, na Cooperativa de Ensino Superior de Técnicas Avançadas de Gestão e Informática (COCIT).

Outras actividades e referências:

Coordenação da publicação de dois manuais: Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, regimes completo e simplificado, editados em 2006 pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica;

Adaptação do livro "Estrutura e funcionamento da administração local em Portugal", in edição do Conselho da Europa, publicado em 2004 pela Direcção-Geral das Autarquias Locais;

Publicação de manuais de acompanhamento e aperfeiçoamento técnico "Finanças Locais & Públicas Autárquicas, municípios e freguesias, editados respectivamente em 1988 e 1991 pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Representação portuguesa no Conselho da Europa nos Comitês da Democracia Local e Regional, Finanças Locais e Regionais, Estrutura e Funcionamento da Administração Local e Regional, bem como Grupo de Experts LOREG, entre 2002 e 2008;

Representação em grupos de trabalho, designadamente Conselho de Normalização Contabilística da Comissão de Normalização Contabilística, Conselho Nacional da Qualidade, CAP 24, Comissão de Análise de Candidaturas Municipais a celebração de Protocolos de Modernização Administrativa, Rede Interministerial da Modernização Administrativa, Sub-Grupos de Apoio Técnico e de Formação Profissional para a implementação do POCAL e Comité de Acompanhamento da Subvenção Global de Apoio ao Investimento Autárquico.

Formação profissional:

Desde 1984, foi monitora das áreas de gestão e Administração Pública local e regional, contabilidade autárquica e finanças públicas locais e regionais, designadamente de cursos de "Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais", "Plano Oficial de Contabilidade Pública", "Inventário e Património Autárquico", "Contabilidade Geral, Orçamental e de Custos", "Gestão Financeira e Autárquica", "Assessorias e Técnicas Municipais", "Financiamento e Controlo Financeiro", "Sistema de Crédito das Autarquias Locais", "Finanças Locais e Regionais", "Planeamento Estratégico e Qualidade", "Gestão Autárquica", "Sistema de Avaliação de Desempenho na Administração Pública", "Atribuições das Autarquias Locais e Competências dos respectivos Órgãos", organizados pelo Tribunal de Contas, Instituto Nacional de Estatística, Instituto Nacional de Administração Pública, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Instituto de Gestão e Administração Pública, Centro de Estudos e Desenvolvimento Local e Regional, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e do Norte, Governos Regionais dos Açores e da Madeira, Universidade do Porto, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Universidade Lusófona, dirigidos a técnicos e dirigentes da Administração Pública, bem assim a eleitos de S. Tomé e Príncipe e a formadores dos cinco PALOP da Convenção de Lomé;

Desde 1985, tem participado regularmente na qualidade de formanda e oradora em seminários, conferências, mesas redondas e encontros, promovidos por entidades públicas, no âmbito da gestão e Administração Pública.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 30418/2008

Por meu despacho de 10 de Novembro de 2008, proferido por delegação de competências, conforme Despacho n.º 12 163/2007, de 17/5/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 19 de Junho, foi a licenciada Maria João Rosa Coelho Morais da Costa, assessora (escala 1, índice 610) da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, transferida para o quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

Nos termos previstos pelo n.º 2, do artigo 128.º, do Código do Procedimento Administrativo os efeitos da nomeação reportam-se à data do despacho de nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2008. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.